



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000539799

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0040455-47.2012.8.26.0564, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante CAIO RICARDO DA SILVA, é apelado ROSILENE MARIA DA SILVA.

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente sem voto), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E AZUMA NISHI.

São Paulo, 28 de julho de 2015.

ANA CATARINA STRAUCH

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº: 0040455-47.2012.8.26.0564

Apelante: CAIO RICARDO DA SILVA

Apelada: ROSILENE MARIA DA SILVA

MM. Juiz de Direito Dr. Gustavo Dall'Olio

Comarca: São Bernardo do Campo

VOTO Nº 2.780

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - Inequívoco o acidente – Prova da culpa do réu/apelante - Nexo causal configurado – Dever de indenizar – Ausência de excludente de responsabilidade – Comprovado o dano material – “Quantum” arbitrado a título de dano moral deve ser minorado – Aplicação do art. 252 do Regimento Interno desta Corte – Precedentes jurisprudenciais - Sentença reformada - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos.

A r. sentença de fls. 340/350, cujo relatório se adota, nos autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ajuizada por ROSILENE MARIA DA SILVA em face de CAIO RICARDO DA SILVA, julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar o réu ao pagamento de (i) pensão mensal, em favor da autora, no valor de dois terços do salário mínimo vigente à época do evento danoso até a data em que Luiz João da Silva completar 65 anos de idade, incidindo juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária desde o evento danoso; e (ii) R\$ 100.000,00, a título de dano moral, incidindo juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária desde o arbitramento. Bem como ao pagamento das

custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados, por apreciação equitativa, em R\$ 1.500,00.

O réu interpôs embargos de declaração (fls. 353/359), que foram rejeitados pelo MM. Juiz a quo (fl. 360).

Apela o réu (fls. 363/376). Postula pelo reconhecimento da preliminar suscitada, para que se reconheça a carência da ação por ilegitimidade “ad causam”, impossibilidade jurídica do pedido e falta de interesse de agir da parte, sendo reformada a r.sentença. Pugna, o apelante, pelo reconhecimento da preliminar de inépcia da peça inicial, por não preencher os requisitos necessários. Não sendo acolhidas tais preliminares, o apelante pleiteia a reforma da r. sentença ou por uma condenação razoável e compatível com as condições do apelante.

Contrarrazões apresentadas às fls. 383/391.

Subiram os autos para julgamento.

É o relatório.

Inicialmente, vale registrar que esta decisão colegiada se restringe à matéria devolvida ao Tribunal, a teor do art. 515, *caput*, do CPC.

Colhe-se nos autos que, em 14/11/2009, Luis João da Silva, esposo da autora, transitava em sua bicicleta, sendo atropelado pelo automóvel conduzido pelo réu Caio Ricardo da Silva, e veio a falecer por conta dos ferimentos sofridos.

Neste contexto, da leitura da sentença em cotejo com os elementos probantes carreados aos autos, tem-se que merece pontual reparo o julgado combatido, no que se refere ao valor fixado a título de dano moral. No demais, analisou de forma meticulosa os fatos, procedendo à aplicação da melhor solução ao caso.

De fato, parcial razão assiste ao Apelante, quanto ao valor dos danos morais arbitrados.

A indenização por dano moral é arbitrada mediante uma estimativa, levando-se em consideração a dor da autora, no caso concreto, de modo a dissuadir que novo ato como o narrado nos autos aconteça, como tem definido e consolidado a Jurisprudência deste E. Tribunal.

Sabe-se que nenhum valor ou condenação servirá para minimizar o sentimento de dor/perda pelo ente querido.

A indenização, pois, servirá para tentar compensar a dor sentida pela perda do ente querido, sem olvidar do fato que o valor arbitrado não pode levar ao enriquecimento sem causa.

Cumprе ressaltar que a sentença bem examinou o cerne da discussão e concluiu pelo resultado acertado, por óbvio que é desnecessária a repetição da fundamentação ali inserta, haja vista refletir exatamente o entendimento desta subscritora, apenas com a ressalva do valor a título de dano moral que deve ser minorado.

Isso porque, realmente, é inequívoca a ocorrência do acidente de trânsito e os danos dele decorrentes, o que se deu por culpa do réu, tendo sido acertada a sentença.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Merece transcrição, assim, trechos da sentença:

“A imposição do dever de indenizar exige prova da conduta (culpa/dolo), nexo causal e dano. Nesse passo, observo que não há controvérsia quanto ao evento morte (fls. 28), tampouco nexo de causalidade, pois, não bastasse a clarividência da dinâmica do acidente automobilístico, limita-se o réu a asseverar que *"os fatos decorreram de uma fatalidade e não da vontade do réu em produzir qualquer resultado danoso a outrem"* (contestação - fls. 174). Aliás, o réu, em interrogatório judicial (autos n. 492/09, Vara do Júri e Execuções Criminais de São Bernardo do Campo) aduz que colidiu *"com a parte traseira do carro"* (fls. 280). A controvérsia, portanto, restringe-se à **prova do elemento subjetivo da conduta**. E, nesse ponto, observo que o réu, **tal qual na esfera penal**, se esmera em infirmar, na defesa, a vontade livre e consciente (dolo direto ou eventual) tendente a produção do resultado morte. Olvida-se que, **tal qual na esfera penal**, a conduta é reprovável, dando ensejo ao dever de reparar, também em razão da infração ao dever de cautela (culpa). E a **culpa** está provada nos autos. Os fatos narrados na inicial se deram na Av. Presidente João Café Filho, situada neste Município, cujo limite de velocidade, a teor do laudo pericial, é de 60 km/h (fls. 81). A velocidade *mínima* imprimida pelo réu no instante do acidente – é a conclusão do perito criminal – era de **57,6 km/h a 65,3 km/h**, quando considerado, **tão-somente**, o vestígio de derrapagem existente na via em questão (fls. 78), já que houve ainda *"dois*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

pontos de atritamento, orientados da via para o passeio público" (fls. 79). Os depoimentos das testemunhas, ilustrações fotográficas e as próprias afirmações do réu, colhidas por ocasião da instrução criminal, onde assegurado o contraditório e ampla defesa, vão ao encontro do resultado do laudo, vale dizer, revelam que o réu imprimia velocidade *excessiva*, quebrando, assim, dever de cautela (culpa – modalidade imprudência).”

“... O réu, *ratificando conclusão acerca da conduta culposa*, afirmou que imprimia velocidade superior à permitida, o que se deduz pela extensão dos danos causados no automóvel (impacto extremamente forte - fls. 82/83), bem como queda de árvore e lançamento de rodas a distância de 2,5 m (dois metros e meio) do veículo. O acidente - acrescente-se - ocorreu num sábado, dia em que a via, segundo *Esmael da Silva Martins*, tem bastante movimento, especialmente de crianças (fls. 244), de modo a exigir redobro de atenção dos motoristas no local. Com efeito, o condutor deve ter domínio constante de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidado indispensável à segurança do trânsito, regulando a velocidade de acordo com as condições da via, do veículo e da carga, sem perder de vista interferências meteorológicas e fluxo de trânsito (artigos 28 e 43, da Lei n. 9.503/97). Nessa esteira, emerge dos autos que o réu conduzia em velocidade excessiva, sendo-lhe recomendável inclusive redução de aceleração no local, evitando causar risco à incolumidade pública. Não bastasse a

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

prova da velocidade excessiva, o réu, no interrogatório judicial, asseverou que havia acertado, com amigo da faculdade, de estudarem juntos no dia seguinte. E, como não havia justado horário, quis fazê-lo com o veículo em movimento.”

“...Não houve especial prudência, tampouco atenção para os cuidados necessários que a ultrapassagem exige, notadamente aquele previsto no art. 29, X, *c*, do Código de Trânsito Brasileiro, a saber, *"todo condutor deverá, antes de efetuar uma ultrapassagem, certificar-se de que: (...) c) a faixa de trânsito que vai tomar esteja livre numa extensão suficiente para que sua manobra não ponha em perigo ou obstrua o trânsito que venha em sentido contrário"*.

“...Nessa quadra, reputo configurada a conduta culposa do réu, pressuposto do dever de indenizar. O dano indenizável deve ser certo e atual, e não meramente hipotético. A autora não trouxe aos autos um único documento comprobatório das despesas funerárias e sepultamento (diminuição patrimonial), nada havendo, portanto, neste aspecto, a reparar.”

“...Por outro lado, *Luiz João da Silva* era casado com **Rosilene Maria da Silva**, tendo a morte causado instabilidade à economia familiar. Apesar de não haver comprovação segura da remuneração percebida pela vítima, a embasar, dessa forma, o *quantum* da pensão mensal pleiteada (quatro salários mínimos), há notícia de que a vítima trabalhava (fls. 242). Tendo em vista que o mínimo exigível para a sobrevivência de uma

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

pessoa é o salário mínimo, a fixação com base neste será feita. Por consequência, excluído o terço correspondente aos gastos respectivos e despesas da própria vítima, é devido à autora o pagamento de uma pensão mensal, no importe correspondente a dois terços do salário mínimo vigente à época dos fatos.”

“...Ante o exposto, julgo **parcialmente procedente** o pedido, para condenar **Caio Ricardo da Silva** ao pagamento de (i) pensão mensal, em favor da autora, no valor de dois terços do salário mínimo vigente à época do evento danoso até a data em que *Luiz João da Silva* completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, incidindo juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária desde o evento danoso; e (ii) R\$ 100.000,00, a título de dano moral, incidindo juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária desde o arbitramento. Tendo a autora decaído da parte mínima de sua pretensão, condeno o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro, por apreciação equitativa, em R\$ 1.500,00.”

Além da prova concreta do dano material, quanto ao dano moral, este se apresenta como aquele mal ou dano que atinge valores eminentemente espirituais ou morais, como a honra, a paz, a liberdade física, a tranquilidade de espírito, a reputação etc.

No caso *sub judice*, o dano moral ficou caracterizado, entretanto, devem ser observados os regulares critérios da adequação, razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não ocorra o enriquecimento indevido a qualquer

uma das partes.

Esse tema já se encontra consolidado no STJ:

“(…). A indenização por dano moral deve ter conteúdo didático, de modo a coibir a reincidência do causador do dano, sem, contudo, proporcionar enriquecimento sem causa à vítima.” (REsp 521434/TO, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, j. DJ 08/06/2006, p. 120).

Nesta esteira, entendo que o valor da condenação imposta em relação aos danos morais, pelo julgador originário, deve ser minorado para a quantia de R\$55.000,00.

Vale consignar que é digno de nota que o Magistrado *a quo* examinou as questões trazidas à colação e deu à espécie solução justa e adequada, de sorte que as suas conclusões jurídicas ficam mantidas por esse Egrégio Tribunal, inclusive fazendo parte deste ato decisório, para todos os fins e efeitos de direito, consoante autoriza explicitamente o art. 252, do Regimento Interno desta Eg. Corte de Justiça.

A propósito: *“Não incorre em omissão o acórdão que adota os fundamentos da sentença como razão de decidir.”* (STJ – REsp 592092/AL, rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, j. 26/10/2004). No mesmo sentido: REsp 265534/DF, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, j. em 20/11/2003.

Em face do quadro apresentado, é de rigor a manutenção da r. sentença, na parte em que não foi reformada, ficando ratificados os seus fundamentos, eis que suficiente motivada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Pelo exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO
RECURSO.

ANA CATARINA STRAUCH
Relatora
(assinatura eletrônica)

RS